

MOVIMENTO SINDICAL: AGENTE ESTRANHO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM SANTA CRUZ-RS

Iran Pas¹

Roberto Radünz²

RESUMO

A história do sindicalismo no Rio Grande do Sul apresenta ainda grandes lacunas, tanto na análise das estratégias usadas na luta operária, quanto na identificação desses sujeitos sociais. O objetivo desse trabalho é analisar como na cidade de Santa Cruz do Sul, que no discurso oficial ainda reproduz o ideal afirmativo do trabalho laborioso ligado à figura do colono/camponês, é tratada a questão da organização sindical e sua relação com o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Movimento sindical – trabalhador urbano – desenvolvimento regional

INTRODUÇÃO

O campo de estudo do mundo do trabalho, como recentemente passou a ser denominado, tem produzido fecundos debates entre suas diferentes matrizes interpretativas desde o final do século XIX até a contemporaneidade. Entre os principais temas debatidos figuram: a identidade operária, a construção dos movimentos sindicais e suas instituições, as relações de gênero, as manifestações culturais, as biografias, entre outras.

Pode-se afirmar, em que pese a renovação da historiografia sobre o movimento operário e sindical, que os estudos locais e regionais sobre a temática no Rio Grande do Sul ainda são reduzidos (PETERSEN, 2001, 13-24), quase sempre situados geograficamente na capital do estado e em cidades como Pelotas e Rio Grande - RS, e com marcos temporais em torno do período formativo do final do século XIX até meados das décadas de 1940-50. Nas cidades da colonização europeia no Rio Grande do Sul a questão do trabalho e da organização dos trabalhadores aparece quase sempre vinculada à organização das cooperativas e de sociedades, raros são os estudos que focam o movimento sindical. O interior do Estado e suas peculiaridades – como, por exemplo, tipo de colonização, perfis étnicos, concentração na produção agropecuária - e a ampliação de marcos temporais para períodos mais recentes e extremamente conflituados do movimento sindical e operário, ainda pedem maiores estudos e novas análises.

¹ Historiador – Ms. em Desenvolvimento Regional -UNISC

² Historiador – Dr. em História pela PUC/RS. Professor de História Contemporânea da UNISC e da UCS. E-mail: rradunz@ucs.br

Percebe-se que em Santa Cruz do Sul, por exemplo, cidade de colonização europeia do século XIX, é quase inexistente a produção que aborde o tema da organização dos trabalhadores, mesmo que no discurso afirmativo da região o trabalho seja um dos pontos centrais da produção ético-moral da identidade regional. Aliás, na literatura hegemônica da região, o trabalhador é um ente difuso, mesclado à construção do imigrante europeu, que não apresenta nenhum tipo de individualização interpretativa, seja por grupos setoriais ou mesmo pela atuação de eventuais lideranças operárias.

Boa parte das pesquisas referentes ao desenvolvimento econômico tem identificado o Vale do Rio Pardo à sua produção hegemônica – o tabaco, perdendo-se de vista com isso as demais atividades produtivas e seus principais atores – os trabalhadores. Associado à atividade do tabaco, esses estudos seguem o discurso hegemônico que sobrevaloriza as atividades empresariais (multinacionais) e o trabalho da lavoura – quase sempre identificado ao colono alemão. Essa é uma análise que uniformiza a produção regional.

Assim, é possível supor que a homogeneização cultural, a partir da cultura alemã, obscurece a existência de outros atores sociais que não o imigrante alemão, não levando em conta a migração inter-regional, onde muitos trabalhadores de outras partes do Estado migraram para Santa Cruz do Sul, buscando o “eldorado” propagado pela mídia e pelos administradores locais.

Nesse sentido, o presente artigo propõe a discussão da importância das organizações de classe dos trabalhadores urbanos no debate sobre o desenvolvimento regional. Assim procura-se demonstrar que, em que pese a pouca produção teórico/acadêmica acerca do tema, é possível notar a importância desse segmento no desenvolvimento local e regional.

As transformações do mundo do trabalho

Para compreender a atualidade do movimento operário é preciso perceber e entender as profundas transformações pelo qual o mundo do trabalho vem passando nas últimas décadas. Esse período é marcado por uma reorganização do sistema produtivo em nível mundial, com a introdução de novas tecnologias como a robótica, a informatização acelerada, a microeletrônica e a fragmentação do trabalho através da terceirização. Esse processo todo gera um novo perfil do trabalho. Segundo Antunes (1998, p. 99), “as metamorfoses em curso no mundo do trabalho afetaram a forma de ser da classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada.” Essas transformações têm consequências significativas para os organismos sindicais em escala mundial.

Cattani destaca que “a mudança, a verdadeira Modernidade ou a Civilização, é conquistada pela ação coletiva proletária” (1991, p. 7-31). O autor é ainda mais enfático ao afirmar que os avanços da humanidade foram também impulsionados pelos trabalhadores através de suas organizações, levando as elites a dar respostas à pressão exercida pelos “subalternos”. No entanto, quando se trata da forma como a história foi e é produzida, esta ação coletiva não se encontra no

centro da discussão. A história, em termos gerais, quase sempre relata e interpreta o desenvolvimento e as mudanças através do olhar das elites, sem levar em consideração a participação das organizações dos trabalhadores nesses processos. Assim, infere-se que a situação das narrativas locais é idêntica à do país e, também, do mundo.

(...) O resgate da nossa própria história passa pelo interesse e empenho das entidades e militantes do movimento sindical e popular, conscientes da importância que ela tem para a formação da identidade e da livre organização da ação coletiva (CATTANI, 1991: 57).

A história do movimento dos trabalhadores é marcada por vazios interpretativos ou por estudos generalizantes. Sinteticamente é possível identificar nessa historiografia uma tentativa de caracterizar o movimento sindical em relação aos seus contextos históricos: o início do movimento sindical combativo no início do século XX; o controle do movimento na época do Estado Novo; a ação dos sindicatos no Desenvolvimentismo dos anos cinquenta; a associação dos trabalhadores e a linha dura do Regime Militar; a reabertura política dos anos 80 e a ação engajada dos sindicatos e, por fim, a situação dos sindicatos no tempo presente.

Este estudo pinça um período intermediário nessas etapas – da reabertura política e a ação engajada dos sindicatos à situação dos sindicatos no tempo presente (fins dos anos 80 e a década de 90) – e a relaciona com o estudo da organização sindical numa cidade identificada com a colonização teuto-gaúcha - Santa Cruz do Sul. A opção metodológica sugere em termos de interpretação que é inviável qualquer análise desse movimento regional desvinculado do macro, ou seja, das metamorfoses do mundo do trabalho num sentido mais amplo.

A metamorfose do regional: o trabalhador urbano

A visão hegemônica da região passa por temas como imigração, colonização, dinamismo econômico, constituição dos projetos urbanísticos, obscurecendo a presença e a organização dos trabalhadores urbanos. Apesar da centralidade dos debates na questão da colonização europeia do século XIX e seus reflexos, hoje é impossível negar o papel dos trabalhadores sindicalizados na construção da história recente da cidade. Como exemplo, pode-se destacar o vigor do sindicalismo surgido com a reabertura política no final de década de 1970 - mesmo que ele se faça presente apenas em meados dos anos 80 - caracterizado por: greves do setor do magistério estadual e dos vigilantes, a greve dos bancários em 1985 e posterior vitória da oposição sindical bancária em 1986, seguida de outras vitórias de oposições em eleições sindicais, como metalúrgicos e vestuário (PAS: 2009). Esses movimentos integram o que se convencionou chamar de Novo Sindicalismo no Brasil.

É possível afirmar que uma nova cultura sindical tem início no município a partir dessas movimentações, não só pelo caráter reivindicatório, mas também pela

participação em pleitos eleitorais, com os sindicatos apoiando a eleição de vários vereadores, principalmente de 1988 em diante. A participação de líderes sindicais no campo político tradicional, como representantes eleitos, altera a qualidade da política pública, ao gerar no legislativo municipal uma preocupação maior com as questões relacionadas à segurança no trabalho, ao transporte público, à saúde do trabalhador, entre outras demandas. Essa representação não se restringe apenas à disputa para cargos no Legislativo Municipal: se dá também através da participação nos conselhos municipais (prerrogativa aberta com a Constituição de 1988).

Como afirma Hammes (2003),

(...)a nossa convicção de que igrejas, sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais influenciam no desenvolvimento de uma região e de um país. Sabedores da existência de poucos estudos sobre a situação local, decidimos dar a nossa contribuição para a construção da história(...). (pag. 15)

Partindo da definição de Boisier (1999), que compreende o “Desenvolvimento Regional como um processo localizado de mudança sustentável e que tem como propósito a transformação qualitativa de uma comunidade e de seus respectivos membros”, entende-se que, quando se pensa a região e o desenvolvimento como catalisadores de uma interpretação e de uma potencial intervenção social, torna-se necessária a inclusão de grupos que muitas vezes ficam à margem dos processos explicativos, como coadjuvantes e/ou subalternos aos setores produtivos, empresariais e estatais.

Seguindo ainda o entendimento de Boisier, o tema Desenvolvimento Regional passou por mudanças significativas a partir do processo de globalização, deixando de se relacionar apenas com as ações decorrentes de incentivos proporcionados pelos governos centrais e passou a incorporar a articulação de agentes oriundos dos mais diversos segmentos da sociedade civil. Portanto, apreender/analisar os envolvimento dos diferentes grupos sociais no processo de construção de determinada sociedade, tem instigado o campo das humanidades a envolver cada vez mais uma diversidade de recortes empíricos e de interpretações teóricas.

A crise global e regional: os sindicatos

É quase consenso da literatura especializada que o movimento sindical viveu (ou ainda vive) uma profunda crise a partir do começo da década de 90, pois não se verificou o mesmo crescimento da atividade sindical da década anterior. A referida crise, geralmente, é associada ao processo de implantação do programa neoliberal no Brasil, que começou com a eleição de Fernando Collor de Mello à presidência da República e teve seu ápice com o governo de FHC em dois mandatos consecutivos.

O neoliberalismo provocou uma nova onda de globalização e de expansão *imperialista*. Na onda da globalização, o imperialismo vai adentrando aqueles

espaços do planeta, quer seja a economia, territórios ou culturas em que ainda não havia sido incorporado.

Na década de 1980, configurou-se uma nova situação internacional [...]. Os lucros entraram em declínio nos países centrais: esse foi o terreno que levou a burguesia a unificar-se em torno do neoliberalismo. As associações patronais europeias e norte-americanas iniciaram uma cruzada contra os direitos dos trabalhadores de seus países e contra o desenvolvimento tecnológico dos países da periferia. As grandes potências imperialistas trataram de articular, em novas bases, suas áreas de influência. [...] A burguesia imperialista vislumbrou no neoliberalismo a via para contrariar, graças a supressão de direitos dos trabalhadores e ao retrocesso no capitalismo periférico, a tendência decrescente da taxa de lucro, mas isso não significa que, apenas por esse fato, o neoliberalismo deveria sair vitorioso. Foram condições históricas gerais do período que viabilizaram a ofensiva burguesa e imperialista, motivada pelo descenso das taxas de lucro. (BOITO, 1999, p. 115-116).

O primeiro governo no mundo ocidental com uma plataforma neoliberal a vencer uma eleição é Margareth Thatcher, na Inglaterra em 1979. Em 1980, Ronald Reagan é eleito nos EUA seguido de Kohl em 1982 na Alemanha. A direita neoliberal chega ao poder no país modelo do Estado de Bem-Estar Social, a Dinamarca, com Schluter em 1983 (ANDERSON, 2008, p. 11). A partir daí, o modelo neoliberal se instala e começa a se constituir como forma hegemônica no mundo todo. No Brasil isso só acontece 11 anos depois, quando Fernando Collor de Melo assume a Presidência da República, substituído por Itamar Franco, seguido de Fernando Henrique Cardoso, com todas as características do neoliberalismo: privatizações, subtrações de direitos, diminuição de orçamento para políticas públicas, enxugamento de liquidez, abertura de mercado, ataque aos direitos dos trabalhadores, reforma da previdência, etc.

Começou assim a aplicação do programa neoliberal no Brasil, com a desregulamentação do sistema financeiro, fim das barreiras alfandegárias, abertura para importações de forma indiscriminada, entrada maciça de capital estrangeiro (especulativo), e ataque ao movimento sindical e aos direitos trabalhistas. Essas ações apontavam para as diretrizes principais do programa neoliberal em relação ao estado: seu total afastamento do setor produtivo, a precarização dos serviços públicos devido à falta de capacidade de investimentos, com a consequente transformação em mercadoria de serviços essenciais como educação, saúde e previdência.

A política econômica do governo Collor colocou o movimento sindical na defensiva. Esse movimento tinha sido muito importante para o movimento popular urbano ao longo da década de 1980. Seu enfraquecimento era estratégico para a consolidação do neoliberalismo. Em 1989, a economia crescera +3,3%. Collor assumiu o governo em 1990, e empurrou a produção para baixo: -4,4%, em 1990, +1,1% em 1991 e -0,9% em 1992. Em 1993, já então sob Itamar Franco, veio a

recuperação: a economia cresceu +5,0%. No triênio 1990, 1991 e 1992, o desemprego cresceu bruscamente [...]. Os salários também foram para baixo na conjuntura recessiva do governo Collor [...] Portanto, em 1990, 1991 e 1992 caíram a produção, o emprego e os salários. Em 1993, todos esses três índices iniciaram uma pequena recuperação, sendo que o significativo crescimento do PIB no ano de 1993 não foi acompanhado de uma redução digna de nota na taxa de desemprego [...]. A recessão de 1990/1992 contribuiu para que a atividade grevista diminuísse muito [...]. Outros aspectos que caracterizaram essa conjuntura de transição para a política neoliberal concernem ao remanejamento político ocorrido no campo sindical. As novas orientações das direções sindicais também contribuíram para reduzir a capacidade de resistência do sindicalismo ao ascenso neoliberal. De um lado houve uma rearticulação do sindicalismo pelego, corporificada na criação da central Força Sindical em 1991, que contou com o apoio político e financeiro do governo Collor e de empresários, e à qual o conjunto da mídia deu um destaque e um apoio inauditos. De outro lado, a corrente dominante na CUT, a Articulação Sindical, adotou, alguns meses após a posse de Collor, a estratégia do sindicalismo propositivo, que instaurou uma política hesitante e contraditória que levava à conciliação com o neoliberalismo. (BOITO, 1999, p. 120-122).

Com a estagnação, e mesmo com a recessão da economia, que acabou provocando uma perda de acumulação, o Estado retrocedeu muito, diminuindo o orçamento para políticas públicas, realizando aquilo que é a essência do neoliberalismo: aumento tanto da taxa quanto da frequência de transferência de recursos do Estado para monopólios privados,³ provocando o aumento da exclusão social através do desemprego, da diminuição do poder aquisitivo e da economia real da classe trabalhadora.

A “década neoliberal” teve início com uma profunda recessão decorrente do Plano Collor I. Em fevereiro de 1990, a economia brasileira foi atingida pelos fracassados Planos de estabilização do Brasil Novo, os planos Collor I e II, que conduziram o país a uma profunda recessão (1990-1992), com o PIB acusando uma queda acumulada de quase 10% entre 1990 e 1992. Comprometido com a política neoliberal, Collor de Mello deu início à abertura comercial, via eliminação de barreiras não tarifárias às compras externas e progressiva redução das alíquotas de importação. (ALVES, 2002, p. 74).

³ Essa transferência se deu, principalmente na forma de renúncia fiscal e de programas como o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, instituído pela Medida Provisória nº. 1.179 e a Resolução nº. 2.208, ambas de 3/11/95). Este programa tinha a “finalidade” de ordenar a fusão e a incorporação de bancos a partir de regras ditadas pelo Banco Central. A sua criação se deu logo após a crise do Econômico, o 22º banco sob intervenção/liquidação desde o começo da vigência do Real, implantado em 1º/7/94. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PROER>>. Acesso em: 06 ago. 2007.

No país a força dos movimentos sociais e trabalhistas, numa rota de ascensão durante o período de reabertura política, impediram a implementação da agenda neoliberal na década de 80. Ela começou a ser implementada a partir do governo Collor. Paralisada momentaneamente pela crise do *impeachment*, foi retomada, lentamente durante o frágil governo de Itamar Franco e terminou por se consolidar a partir do governo Cardoso. São representativos desse projeto a abertura comercial e financeira da economia, as privatizações e a tarefa de deslegitimação dos sindicatos e a desmoralização dos movimentos sociais.

A reorientação do discurso das centrais sindicais

As ações sindicais, na tentativa de resistir à política neoliberal, não tiveram a mesma capacidade de articulação que se verificara na década anterior, principalmente quanto ao número de greves e, o mais importante, à eficácia dos movimentos grevistas. Essas mudanças afetaram diretamente os trabalhadores de um modo geral: seja com o desemprego estrutural provocado pelo novo sistema, ou pelo desemprego conjuntural decorrente das crises cíclicas da economia, além da redução da remuneração e da flexibilização das relações de trabalho.

Os padrões de emprego atuais são menos estáveis e há mais jornadas reduzidas. As taxas de rotação aumentaram, a estabilidade no emprego diminuiu e registra-se uma explosão de formas não tradicionais de emprego - tempo parcial, contratos de curto prazo e trabalho autônomo. [...] De forma semelhante, os sistemas de determinação do salário também estão mudando. [...] Em vista dessas alterações nos padrões de emprego e remuneração, verifica-se que a natureza e a organização do trabalho mudaram. As formas tayloristas de organização do trabalho estão sendo substituídas por sistemas alternativos embasados em equipes, círculos de qualidade e trabalhadores polivalentes. (LOCKE, 1999, p. 209).

Os sindicatos, que vinham de um padrão de organização baseado na estabilidade, proporcionado pelo Estado de Bem-Estar Social, passaram a enfrentar dificuldades com a nova situação perdendo força organizativa e representatividade na medida em que os trabalhadores passaram a competir entre si nos locais de trabalho, em função da remuneração por desempenho e da nova divisão do trabalho sem hierarquia (LOCKE, 1999, p. 209). Na base dessas mudanças estava o contrato temporário de trabalho, as terceirizações, a flexibilização das leis trabalhistas, permitindo aos empregadores um maior arbítrio, o que levou a um declínio no poder e na influência dos sindicatos em quase todas as nações industrializadas.

É inegável tal influência no estabelecimento da crise sindical, visto que todos os aspectos tidos como elementos que compunham o projeto neoliberal se faziam presentes nos programas de governo de Collor e, mais tarde, nos de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, o programa neoliberal não se resumiu às ações de

governo, pois o neoliberalismo estava presente nos mais diferentes espaços públicos e/ou privados. Ele foi da inovação tecnológica à reestruturação produtiva (novas formas de gerenciamento da produção, programa de metas, escalonamento da produção, remuneração por produtividade, aumento de produtividade, controle de qualidade, etc.), nas mais poderosas empresas multinacionais ou nas pequenas indústrias locais, aos programas de privatizações e ao enxugamento da máquina administrativa nas diferentes esferas governamentais.

Em setembro de 1991 ocorreu o IV Congresso Nacional da CUT (Concut)⁴ onde permaneceu o debate político-ideológico iniciado no III Congresso entre as duas visões que hegemonizam a discussão dentro da Central: a tese de mobilização e de confronto versus mobilização e proposição. A última saiu vencedora e preponderou durante os anos 1990, acreditando ser possível estabelecer grandes acordos nacionais e até mesmo flexibilizações em relação aos direitos dos trabalhadores, como foi o caso dos acordos com as montadoras multinacionais instaladas no ABC paulista. (ALVES, 2000).

A criação da Força Sindical (FS), em março de 1991, contribuiu ainda mais para o esgarçamento dessa visão de sindicato. A FS reuniu sindicalistas que estavam antes nas CGTs e independentes. Tinha sua filosofia de ação orientada pelo sindicalismo de resultados estadunidense e foi criada para combater a CUT.

[...] na década de 1990, a Força Sindical instituiu-se real competidor no mercado sindical. Nascida em 1991 e composta de egressos das duas CGT e lideranças independentes, a FS tem uma abordagem bem diversa do que deve ser a estratégia de centrais sindicais no Brasil. Em lugar de confrontação com o governo e o capital, prega a cooperação e parceria em nome do "bem-estar da nação", o que quer que isso signifique (Força Sindical, 1993; Martins Rodrigues e Cardoso, 1993). Em lugar de opor-se às políticas neoliberais vigentes, a FS afirmou, quase todo o tempo, seu apoio incondicional a elas, esposando o julgamento governamental a respeito das esquerdas, nomeadas de "vanguarda do atraso". [...]. (CARDOSO, 2003, p. 46.).

A fundação da FS criou um ambiente de disputa por bases sindicais e levou a uma social-democratização mais acelerada da CUT. Para Boito (1999, p. 121):

Outros aspectos que caracterizam essa conjuntura de transição para a política neoliberal concernem ao remanejamento político ocorrido no campo sindical. As novas orientações das direções sindicais também contribuíram para reduzir a capacidade de resistência do sindicalismo ao ascenso neoliberal. De um lado, houve uma rearticulação do sindicalismo pelego, corporificada na criação da central Força Sindical em 1991, que contou com o apoio político e financeiro do governo Collor e de empresários, e à qual o conjunto da mídia deu um destaque e um apoio

⁴ Caderno de Resoluções do 4º Congresso Nacional da CUT realizado de 4 a 8 de setembro de 1991 no Palácio das Convenções do Anhembi, São Paulo (SP).

inauditos. De outro lado, a corrente dominante na CUT, a articulação Sindical, adotou, alguns meses após a posse de Collor, a estratégia do sindicalismo propositivo, que instaurou uma política hesitante e contraditória que levava à conciliação com o neoliberalismo.

Segundo Giannotti⁵, a FS foi criada com o apoio do governo Collor e com recursos oriundos da FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo), a federação de indústrias mais poderosa do país. O investimento foi de aproximadamente 4,7 milhões de dólares nessa estratégia neoliberal.

Reflexos desse debate no sindicalismo local

Os debates sobre as mudanças de postura na ação sindical se mostraram de forma mais nítidas em Santa Cruz quando da vinda de Vicentinho⁶ à cidade para participar como palestrante da 23ª Convenção Estadual Lojista. Durante o encontro Vicentinho defendeu uma nova relação entre capital e trabalho.⁷ O jornal Gazeta destacou o ineditismo da iniciativa de um dos mais expressivos dirigentes sindicais do país sentar à mesa como palestrante para empresários do comércio, principalmente tendo em vista a “difícil convivência” entre os representantes dos trabalhadores e dos empresários no município.⁸

Em artigo assinado na Gazeta do Sul do dia 02/05/1992, o candidato a prefeito pelo PT, João Pedro Schmidt, chamava a atenção para a vinda de Vicentinho a Santa Cruz para participar da Convenção dos Lojistas. No referido texto o candidato enalteceu as qualidades do dirigente sindical pela sua postura frente às negociações com as grandes montadoras de automóveis no ABC paulista e a abertura dos dirigentes lojistas da cidade pela iniciativa de convidar o sindicalista ligado à CUT e ao PT para proferir palestra aos empresários do setor. Segundo Schmidt, “a vinda de Vicentinho a Santa Cruz nesse momento, tem - ou pode ter - um importante significado. Para os sindicatos, deverá trazer novas luzes sobre como negociar com os empresários sem trair as causas dos trabalhadores, em busca de soluções em tempos de recessão [...]”.⁹

⁵ GIANNOTTI, Vito. *Força Sindical: a central Neoliberal: de Medeiros a Paulinho*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 129-139

⁶ Vicente Paulo da Silva, Vicentinho, à época era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e de Diadema em São Paulo; mais tarde vai ser escolhido presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

⁷ Gazeta do Sul: 05/05/1992. Jornal da maior circulação no município de Santa Cruz do Sul há mais de meio século

⁸ Idem.

⁹ Para entender: João Pedro havia sido candidato pelo PT em 1988 e surpreendentemente por pouco não vence a eleição. Em 1992 PT e PMDB se juntam na perspectiva de que era possível juntando as forças de oposição a atual administração vencer a eleição municipal. O detalhe então: o presidente do CDL em Santa Cruz era Carlos Roberto Gruending que também era militante do PMDB e filho de um ex-prefeito da cidade na década de 1980. Portanto, a nova relação capital trabalho pregada tanto por Vicentinho como por João Pedro estava de acordo com suas práticas e

Em 1996, dando sequência ao projeto neoliberal, Fernando Henrique Cardoso pautou a reforma da previdência, objetivando substituir o direito do tempo de serviço por tempo de contribuição. Vicentinho, então presidente da CUT, em conjunto com outras Centrais, assinaram um acordo com o governo para a realização da reforma. Estabeleceu mais uma crise interna na Central ao contrariar os debates que estavam sendo realizados. A repercussão da decisão do presidente da CUT foi forte entre os sindicatos filiados a Central em Santa Cruz, todos contrários à sua presença na mesa de negociações. A Gazeta na edição do dia 15/02/1996 registrou as seguintes declarações a respeito da participação de Vicentinho nas negociações para a reforma da Previdência.

“O Vicentinho deve retirar-se destas negociações, pois ele sabe que está lidando com uma maioria que não é a favor dos trabalhadores.” João Haissler, Sindicato dos Bancários.

“Ele não deveria nem ter entrado nesse debate, pois tudo não passa de um engodo. No final o que vai prevalecer é a vontade dos deputados e do governo.” Liane Ribeiro, Sindicato dos Comerciantes.

Dirigente do sindicato dos fumicultores e dos metalúrgicos adotaram um posicionamento mais “ameno” em relação ao assunto, embora reconhecendo a precipitação de Vicentinho por ter tomado tal atitude sem uma consulta à base da central.¹⁰

Nesse quadro conjuntural está refletido o outro lado do neoliberalismo; a reestruturação produtiva, as novas técnicas de gestão, as novas tecnologias. Filgueiras (2006, p. 41-42) define o quadro conjuntural em um processo composto por três fenômenos de dimensão mundial, que “se entrelaçam e complementam enquanto elementos determinantes desse novo momento do capitalismo em escala planetária”.

1 - o neoliberalismo, aqui entendido em sua dupla dimensão, isto é, enquanto uma ideologia - reivindicada por intelectuais e governantes, e com forte influência no comportamento de indivíduos e de vários grupos sociais - e enquanto um conjunto de políticas econômico-sociais adotadas por boa parte dos governos hoje no poder;

2 - a reestruturação produtiva, associada às novas tecnologias e às novas formas e métodos de gestão e organização do trabalho, compreendida como uma resposta do capital à queda/estagnação da produtividade e à diminuição dos lucros; e

3 - a globalização, vista em sua essência, num plano mais geral, como um processo de aprofundamento das tendências mais imanentes do sistema capitalista, apesar de apontar também para o surgimento de novas situações e novos problemas.

intencões políticas no momento e afinadas com as discussões da CUT nacional expressa em seu último Congresso e com os encaminhamentos do PT em nível nacional.

¹⁰ Gazeta do Sul: 15/02/1996, p. 8.

Portanto, o desemprego não é somente resultado da recessão econômica. No caso das empresas do vestuário, isso foi sentido de forma contundente. A recessão que atingiu o setor no país e, em especial em Santa Cruz do Sul, levou a uma quebra geral. Foram várias as empresas que decretaram falência durante os primeiros anos da década de 1990 na região. A modernização tecnológica aliada às formas de gestão introduzidas, denominadas de forma genérica de *qualidade total*, espelhadas no modelo chamado de *toyotismo*, principalmente nas grandes empresas, produziram novas relações de trabalho e também passaram a terceirizar parte importante da produção (repassando para cooperativas, com trabalho precarizado em muitos casos).

O setor fumageiro, matriz econômica de Santa Cruz do Sul e região, também passou por um momento de modernização, financiado pelo dinheiro público em forma de renúncia fiscal, o PROINCI-RS¹¹. A Souza Cruz recebeu incentivos fiscais do Estado para modernizar a sua planta industrial, resultando na mais moderna fábrica de beneficiamento de fumo do mundo. Essa modernização eliminou dezenas de postos de trabalho. Outra empresa, a Fábrica de Cigarros Philip Morris foi na mesma direção, ao receber incentivos fiscais do Fundopem¹² com o compromisso de gerar empregos. A modernização da fábrica, porém, reduziu o quadro de trabalhadores.

Os bancos, com importantes programas de reestruturação financiados por dinheiro público (PROER)¹³, também aceleraram durante a década de 1990 a sua modernização. Aconteceu um grande número de fusões e de incorporações e uma drástica diminuição do número de trabalhadores e precarizações com terceirização generalizada. Na cidade, o setor bancário e do vestuário foram os que mais sentiram essas transformações.

O declínio do poder dos sindicatos se deu por diversas maneiras, mas duas delas são, sem dúvida, as mais significativas: a ameaça de desemprego (instabilidade) levou os trabalhadores a não responderem positivamente ao chamado de mobilização, agravado pelas campanhas antissindicatos entabuladas pelos empresários; a outra, foi o aumento da dificuldade da organização no local de trabalho, resultado das novas formas de organização da produção, que colocou os trabalhadores em constante competição entre si, particularmente com uma

¹¹ Programa Setorial para o Desenvolvimento da Indústria de Cigarros no Estado do Rio Grande do Sul foi criado com o objetivo de apoiar o financiamento da fabricação de cigarros, de modo a criar condições necessárias ao incremento produtivo do setor, incentivando a ampliação das existentes e a criação de novas indústrias e a geração de novos empregos. GLASENAPP, Iara Garcia. O fundopem e seus propósitos dentro das estratégias de desenvolvimento regional no estado do Rio Grande do Sul. Monografia de conclusão de Curso de Pós-Graduação em Gestão Fazendária PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Educação a distância especialização em gestão fazendária. 2005. Documento disponível em: <<http://www.escolanarede.sefaz.rs.gov.br/webpart/public/itemvisualiza.aspx?itemid=3a554d7a-5e1a-42b4-963f-85f36335bab7>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2009.

¹² O FUNDOPEM/RS, instituído pela Lei n.º 11.028, de 10 de novembro de 1997, objetiva apoiar investimentos em empreendimentos industriais que visem ao desenvolvimento socioeconômico integrado do Estado.

¹³ Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PROER>>. Acesso em: 23/01/2009.

cobrança recíproca por produção, por conta de remuneração por produtividade. Essa situação levou a uma dessindicalização acentuada, gerando um enfraquecimento no poder de mobilização e de barganha das entidades sindicais.

O sindicalismo em busca de uma nova visibilidade

Mesmo com os problemas enfrentados pelo movimento sindical, principalmente na segunda metade da década de 1990, a combinação das Marchas dos Sem, MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MST, Grito dos Excluídos, das mobilizações e greves do CPERS, combinadas com outras manifestações e atos públicos levaram a uma mudança no cenário político estadual. Nesse momento percebe-se uma aproximação mais contundente entre os sindicatos e os partidos de esquerda. O caso do Rio Grande do Sul foi representativo com a eleição de Olívio Dutra ao governo de estado, um petista com forte raízes sindicais.

Havia aqui no período um tripé de mobilização que era muito intenso: a CUT sob nossa liderança, o CPERS e o MST. Na época, a gente funcionava como relógio, muita unidade numa potência de mobilização muito grande. Portanto apesar da crise, apesar do neoliberalismo, nesse período foi privatizada a Telebrás, Vale do Rio Doce, todo o sistema Eletrobrás [...] a demissão de centenas de milhares de trabalhadores. Portanto, apesar do ajuste que é feito no governo neoliberal, no estado o movimento cresce, não era um movimento de ascenso, mas sim de resistência, tanto que a nossa gestão chamava Resistência e Combate ao Neoliberalismo. [...] No dia 23 de julho de 98 sob forte chuva, nós fizemos uma marcha com 20 mil pessoas que foram para a frente do palácio protestar. Britto não estava, havia fugido, o Bogo quis nos receber, e nós não aceitamos sob alegação de que não estávamos ali pra cobrar nada e sim para avisar que no ano seguinte iríamos entrar ali com um governador de esquerda. Efetivamente, aquele movimento provoca um desgaste tão grande do governo, e das estruturas que eles haviam montado, que naquele mesmo ano o Olívio ganha a eleição junto com o Rossetto, derrubando o neoliberalismo, superando uma fase da história do Rio Grande. Portanto, a década de 90 é de refluxo dos movimentos, não só do sindical, mas geral, e há uma espécie de retomada temporária aqui e em alguns outros lugares do Brasil, aqui inclusive tendo constituído duas coisas fundamentais. A primeira foi a Marcha dos Sem [...] e a vitória do Olívio e do Rossetto que estancou pelo menos temporariamente esta pauta.¹⁴

¹⁴ Chico Vicente Presidente da CUT-RS de 1997 a 1999, entrevista nº. 13, PAS, A Ação Sindical em Tempos de Crise, 2009, p. 97.

Dado o clima tenso e de confronto que marcou a eleição de Olívio Dutra para o governo do RS, com um recorte de classe muito nítido, o que se seguiu foi um governo envolto em muitas polêmicas e confrontos intensos durante todo o mandato, tendo na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul o principal articulador da oposição burguesa (NORONHA; CADONÁ; 2005).

Com a posse do Governo da Frente Popular em janeiro de 1999 os polos se inverteram. A “poderosa” FIERGS, que até então se articulava com o governo estadual, passou para a oposição atuando com os partidos alinhados com o governo anterior, enquanto os movimentos sociais e sindical cutista se posicionaram na defesa do Governo Democrático e Popular comandado pelos sindicalistas Olívio Dutra e Miguel Rosseto.¹⁵ O confronto entre as duas posições ficou evidente no caso das montadoras de automóveis que estavam se instalando no estado através de incentivos fiscais¹⁶ e no caso referente à implantação de uma das principais bandeiras das administrações petistas, o Orçamento Participativo.¹⁷ A oposição tentou de várias maneiras impedir que o governo Olívio aplicasse recursos do estado para viabilizar a realização da consulta (OP), isso fez com que o movimento sindical cutista organizasse as primeiras edições daquele que era o canal de participação popular na definição de onde investir os recursos orçamentários do Estado.

Em Santa Cruz e região, a atuação da CUT Regional Vale do Rio Pardo, juntamente com os sindicatos filiados, desempenhou importante e decisivo papel nesse episódio colocando a estrutura do movimento (pessoal - militantes - e material) à disposição para a realização das assembleias populares onde se definiam as demandas para o Orçamento do Estado.

Além dessa aproximação quase formal do movimento sindical estadual e local com o governo de esquerda, outras articulações foram feitas no sentido de recuperar espaço de luta. Na década de 1990, o movimento sindical buscou estar

¹⁵ Miguel Rosseto iniciou sua militância política no final da década de 70 na organização da oposição ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, concorrendo como primeiro candidato a presidente numa chapa de oposição. Participou do movimento de fundação do Partido dos Trabalhadores desde 1979 e integrou a primeira executiva estadual do partido. Em 1984, ingressou na categoria dos petroquímicos trabalhando na Petroflex. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Pólo Petroquímico de Triunfo por duas gestões, entre 1986 e 1992. Foi integrante da Executiva Estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Rio Grande do Sul, exercendo a função de Secretário de Formação Política. Também atuou como secretário de Política Sindical da CUT Nacional, de 1992 a 1994, onde foi responsável por debates e discussões sobre o MERCOSUL. Elegeu-se deputado federal em 1994. Em 25 de novembro de 1998 foi eleito vice-governador do Rio Grande do Sul. Em 1º de janeiro de 2003 foi nomeado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva para o cargo de ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/arquivos/curriculo_ministro.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2009.

¹⁶ Sobre o caso das montadoras ver NORONHA, Andrius Estevam; CADONÁ, Marco André. A centralidade da FIERGS no processo de formação da classe industrial gaúcha nos anos noventa. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 10, p. 21-42, 2005.

¹⁷ Sobre o OP no Governo do Estado do RS de 1999 a 2002 ver: CENTRO DE ASSESSORIA E ESTUDOS URBANOS. A experiência do Orçamento Participativo no Rio Grande do Sul (1999/2002); TOLFO, Daniela O. Disponível em: <<http://www.ongcidade.org/site/arquivos/artigos/oprs467c0c89cabe4.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2009.

presente nos conselhos municipais como forma de garantir espaço e direitos para os trabalhadores. O Conselho Municipal de Saúde foi eleito pelo movimento como sendo o de maior prioridade para a sua ação, com a presidência sendo ocupada por um integrante dos sindicatos de trabalhadores nos últimos dez anos. Outros conselhos também foram considerados importantes, estratégicos, como é o caso dos direitos da mulher, de transporte público, do trabalho, entre outros. No entanto, a participação dos sindicatos nos referidos espaços, mesmo tendo alcançado algumas conquistas para a classe no que diz respeito a políticas públicas, a melhorias no transporte urbano, nas questões de saúde, não obteve resultados significativos quanto à mobilização dos trabalhadores, mesmo que seja apenas para manutenção de direitos. As participações de trabalhadores em atos públicos, em assembleias das categorias, ainda que em campanha salarial, foram de pouca adesão, com raríssimas exceções.

O movimento sindical como objeto de pesquisa

Em mundo de economia globalizada, a melhoria de salários e de condições de trabalho e de vida dos trabalhadores depende de outros fatores que não só o crescimento e o acúmulo de capital por parte de uma empresa ou de um setor da economia, mas sim de toda uma rede de situações no âmbito da macropolítica e da economia internacional. Nesse sentido, nada mais atual do que a epígrafe do Manifesto Comunista de Karl Marx e Fredrerich Engels que preconizava a unidade de todos os trabalhadores do mundo. Mas ao contrário da convocação, feita há mais de cento e cinquenta anos, o que se percebe é uma fragmentação cada vez maior e uma busca por saídas individuais bem ao estilo do que é estimulado pela ideologia neoliberal.

No que diz respeito ao desenvolvimento regional, pode-se concluir que existe uma forte relação entre a atividade sindical e o desenvolvimento econômico de uma determinada região, uma vez que o resultado do desenvolvimento econômico e social deve ser estendido a todos os membros de uma comunidade. Para que isso aconteça, entra em ação o movimento sindical garantindo ou disputando uma melhor participação dos trabalhadores nos benefícios proporcionados por esse desenvolvimento.

Os sindicatos são, sem dúvida, a forma de organização mais significativa que os trabalhadores possuem na região. Mais que cooperativas, associações ou outra organização social, os sindicatos estão presentes enquanto órgão de representação das categorias profissionais em praticamente todos os municípios da região. São no seu conjunto uma força social considerável e uma referência necessária para compreender o mundo do trabalho e o nível de consciência dos trabalhadores. (SCHMIDT, 1994: 22).

Nesse sentido, compreende-se a preocupação de SCHMIDT (1994) que, mesmo reconhecendo a importância do movimento sindical, alerta:

(...)embora sejam uma considerável força social, os sindicatos não têm conseguido influenciar profundamente a realidade regional no sentido de encontrar alternativas para os inúmeros problemas sociais enfrentados pelos trabalhadores.(...) é significativo que não haja na opinião pública posições mais ou menos consensuais que expressem a opinião do conjunto dos sindicatos de trabalhadores. Sem dúvida, se os sindicatos forem capazes de ter algumas grandes bandeiras de luta envolvendo os principais desafios sociais que a região enfrenta, tornar-se-iam um referencial mais importante na formação de opiniões e na disputa de espaços na sociedade. (idem: 22 - 23).

Ainda que de forma insuficiente, e mesmo que esteja longe de uma real unificação das lutas no campo sindical e de um reconhecimento de classe, essa situação tem forçado os sindicatos de trabalhadores a buscarem novas formas de atuação e de representação de suas categorias, mesmo que essas ações não despertem a consciência e o reconhecimento enquanto classe por parte dos trabalhadores e que essa tentativa fique apenas na retórica dos dirigentes sindicais.

Este trabalho não é conclusivo, e também não era esse o propósito, mas sim o de dar mais um passo no sentido de se avançar na discussão sobre o papel do movimento sindical na busca de melhores condições de trabalho e no desenvolvimento econômico e social de Santa Cruz do Sul. Além disso, a pesquisa procura chamar a atenção para a questão do movimento sindical na região como objeto de estudo histórico e social e a relação com o desenvolvimento regional.

TRADE UNION MOVEMENT: STRANGE AGENT ON REGIONAL DEVELOPMENT IN SANTA CRUZ, RS

ABSTRACT

The history of trade unionism in Rio Grande do Sul is still very patchy, both in the analysis of strategies used in the workers' struggle, and in the identification of these social subjects. The aim of this paper is to analyze how the city of Santa Cruz do Sul, which still plays in the official discourse of the ideal so laborious work on the figure of the settler / farmer, is treated the issue of trade union organization and its relation to regional development.

Keywords: trade union movement - urban worker - regional development

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: Resstruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Ed. Boitempo 2000. 1ª reimpressão, 2005;

- ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da "década neoliberal" (1990-2000). *Revista de Sociologia e Política*, vol.: n. 19, 2002.
- ANDERSON, Perry. "Além do Neoliberalismo". In: SADER, Emir e GENTILLI, Pablo (Org.) *Pós-Neoliberalismo, as Políticas Sociais e o Estado Democrático*. 8. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008;
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. Campinas-SP: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- BOISIER, Sergio. *El Desarrollo Territorial a Partir de La Construcción de Capital Sinérgico*. In. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. A.1, n.2. – Recife : Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1999;
- BOITO JR., A. *A Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- CARDOSO, Adalberto M. *A Década Neoliberal e a Crise dos Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003;
- CATTANI, Antonio David. *A Ação Coletiva dos Trabalhadores*. SM Cultura - Porto Alegre: Palmarinca, 1991;
- FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. 3. Ed. São Paulo: Boitempo, 2006;
- GAZETA DO SUL de 1960 a 2000. (Biblioteca central da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC);
- GIANNOTTI, Vito. *Força Sindical - a central neoliberal - de Medeiros a Paulinho*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002;
- HAMES, Roque. *Igreja Católica, sindicatos e movimentos sociais*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003;
- LOCKE, Richard M. O futuro das relações de trabalho e de emprego. In: *O futuro da Indústria no Brasil e no Mundo*. Os desafios do século XXI. Rio de Janeiro: CNI - Ed. Campus, 1999;
- NORONHA, Andrius Estevam; CADONÁ, Marco André. A centralidade da FIERGS no processo de formação da classe industrial gaúcha nos anos noventa. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 10, p. 21-42, 2005;
- PAS, Iran. *A Ação Sindical em Tempos de Crise*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009;
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Que a união operária seja nossa Pátria: história das lutas dos operários para construir suas organizações*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001;
- SCHMIDT, JP. *Juventude e Política no Brasil*. Santa Cruz do Sul, 2001;
- _____. *Sindicato de trabalhadores dos vales do Rio Pardo e Taquari*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1994.